

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas das demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Distribuidora de Água Camaçari S.A.
Camaçari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Distribuidora de Água Camaçari S.A. ("Companhia" ou "DAC") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Distribuidora de Água Camaçari S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas Explicativas n°s 2.12 e 15 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações financeiras incluem imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Administração, aprovados em seus níveis de governança.</p> <p>Para elaborar as projeções de lucros tributáveis futuros para verificar a realização desses ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado além do crescimento esperado no mercado de atuação, tais como (i) volume de receita, (ii) taxas de inflação e (iii) taxas de juros.</p> <p>Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos, por basearem-se em estimativas de rentabilidade, entendemos que esse é um assunto significativo em nossos trabalho de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas efetuamos:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Avaliação das principais premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como crescimento das vendas, diminuição dos custos e despesas, bem como comparamos certos dados com fontes externas e avaliamos a consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pela Companhia;(ii) Avaliação sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente;(iii) Se os cálculos matemáticos estão adequados; e(iv) Confirmação dos dados técnicos com a Administração. <p>- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Ênfase – Partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das vendas da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 25 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7


Samara Rosa de Freitas Carvalho
Contadora CRC BA-030084/O

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.595	26.881	Fornecedores	10	5.558	7.102
Aplicação financeira	5	1.126	-	Financiamentos	11	546	1.905
Contas a receber	6	18.429	15.898	Debêntures	12	51.002	48.897
Ativo de contrato		-	1.580	Salários e encargos sociais		5.682	4.723
Tributos a recuperar	7	262	9.702	Tributos a pagar	13	2.404	1.427
Imposto de renda e contribuição social		21	21	Imposto de renda e contribuição social		579	577
Estoques		5.570	5.582	Dividendos	17(e)	12.323	-
Outros ativos		400	252	Passivo ambiental	16(a)	48	235
Total do ativo circulante		67.403	59.916	Outros passivos		2.601	1.839
Total do passivo circulante						80.743	66.705
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Fundos restritos - aplicações financeiras	8	13.723	13.881	Não circulante	11	-	370
Impostos diferidos	15	23.503	30.355	Financiamentos	12	12.696	60.756
Tributos a recuperar	7	1.261	169	Debêntures			
Outros ativos		11	-	Total do passivo não circulante		12.696	61.126
Total do realizável a longo prazo		38.498	44.405	Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	116.072	113.982	Capital social	17	42.630	42.630
Intangível			-	Reservas de lucros		85.904	47.842
Total do ativo não circulante		154.570	158.387	Total do patrimônio líquido		128.534	90.472
Total do ativo		221.973	218.303	Total do passivo e patrimônio líquido		221.973	218.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas	18(a)	184.214	173.894
Custos das mercadorias vendidas	18(b)	<u>(94.656)</u>	<u>(94.116)</u>
Lucro bruto		<u>89.558</u>	<u>79.778</u>
Receitas/(despesas) operacionais	18(b)		
Gerais e administrativas		(9.258)	(7.914)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa estimativa		71	(172)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>1.017</u>	<u>253</u>
Lucro operacional		<u>81.388</u>	<u>71.945</u>
Resultado financeiro	18(c)		
Receitas financeiras		5.816	10.778
Despesas financeiras		<u>(10.285)</u>	<u>(16.188)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(4.469)</u>	<u>(5.410)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>76.919</u>	<u>66.535</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	15(a)	(5.885)	(4.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15(a)	<u>(6.852)</u>	<u>(6.724)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>64.182</u>	<u>55.088</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	64.182	55.088
Outros resultados abrangentes	<hr/>	<hr/>
Lucro líquido do exercício	64.182	55.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2021		42.630	13.293	8.526	21.288	-	85.737
Dividendos intermediários	17 (e)	-	-	-	(50.353)		(50.353)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	55.088	55.088
Constituição de reservas	17 (b) (c) (d)	-	12.226	-	42.862	(55.088)	-
Em 31 de dezembro de 2022		42.630	25.519	8.526	13.797	-	90.472
Dividendos intermediários	17 (e)				(13.797)		(13.797)
Lucro líquido do exercício						64.182	64.182
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (e)					(12.323)	(12.323)
Constituição de reservas	17 (b) (c) (d)		14.890	-	36.969	(51.859)	-
Em 31 de dezembro de 2023		42.630	40.409	8.526	36.969	-	128.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Distribuidora de Água Camaçari S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Esercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		76.919	66.535
Ajustes			
Depreciação e amortização	9	10.529	11.992
Valor residual do ativo imobilizado baixado		159	58
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa estimativa		(71)	172
Juros e variações monetárias, líquidos		9.491	15.719
		97.027	94.476
Aumento/(redução) nos ativos			
Contas a receber		(880)	1.839
Tributos a recuperar		6.741	4.083
Estoques		93	(1.222)
Despesas antecipadas		(92)	1.164
Outros ativos		(148)	(53)
		104.148	96.469
(Redução)/aumento nos passivos			
Fornecedores		(1.104)	(575)
Salários e encargos sociais		959	519
Tributos a pagar		977	(1.051)
Realização passivo ambiental		(187)	(61)
Outros passivos		762	(2.650)
		71.999	64.376
Caixa proveniente das operações			
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(4.276)	(3.793)
Juros pagos sobre financiamentos e debentures	11(b) e 12(b)	(27.873)	(28.300)
		(14.186)	14.187
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	5	(1.126)	28.062
Saídas de fundos restritos	8	948	1.291
Entradas de fundos restritos	8	(790)	(1.388)
Adições de imobilizado		(13.218)	(13.778)
		(43.099)	(86.728)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	17(e)	(13.797)	(57.449)
Amortizações de financiamentos	11(b)	(1.694)	(1.654)
Amortizações das debêntures	12(b)	(27.608)	(27.625)
		14.714	(8.165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	26.881	35.046
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	41.595	26.881
		14.714	(8.165)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Distribuidora de Água Camaçari S.A. é controlada pela Cetrel S.A., tem como objetivo social a atividade de captação, tratamento e distribuição de água, produzindo Água Clarificada, Potável e Desmineralizada, conforme especificação estabelecida, as quais estão submetidas aos condicionantes da licença de operação através da Portaria INEMA nº 27.186/22.

A Companhia atende às indústrias do Polo Industrial de Camaçari, no Estado da Bahia, tendo como seu principal cliente a Braskem S.A. (“Braskem”), cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013.

1.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 25 de março de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 2.

1.2 Capital circulante líquido

No exercício de 2023, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 13.340 (2022, negativo em R\$ 6.789), patrimônio líquido de R\$ 128.534. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a DAC efetuou distribuição de dividendos intermediários em favor da sua controladora Cetrel S.A. no montante de R\$ 13.797. A DAC possui linhas de crédito disponíveis no mercado, mantém gestão proativa e contínua dos riscos através da antecipação e, quando necessário, da proteção a cenários desfavoráveis, além de assegurar o cumprimento de mecanismos de controle, como saldo mínimo de caixa e equivalentes de caixa mínimo, previstos em sua política financeira.

Apesar do capital circulante líquido negativo no exercício de 2023, superior em R\$ 6.551 em relação ao ano anterior, é importante destacar que parte significativa desse valor, aproximadamente R\$ 12.323, está relacionada a passivos circulantes que podem ter seus vencimentos negociados junto à sua controladora Cetrel S.A. Essa flexibilidade nos prazos de pagamento pode proporcionar à DAC uma margem adicional para gerenciar suas obrigações de curto prazo, alinhada à sua política financeira de gestão proativa de riscos e controle de liquidez.

1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo em cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

1.4 Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.5 Uso de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 18 (a) - Receita: reconhecimento de receita: se a receita de produto é reconhecida um momento específico no tempo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 15 – Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota Explicativa nº 16 - Provisão reconhecimento e mensuração de provisões:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota de Políticas contábeis materiais nº 2.3 – Instrumentos financeiros.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

2.1 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1);
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7).

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Reconhecimento, classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundos restritos e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures.

(i) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Fundos restritos

Os fundos restritos representam depósitos bancários, tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e contratos de financiamentos.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e as vidas úteis dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Na data-base de 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisou a estimativa de vida útil de seus ativos imobilizados, resultando em uma redução geral das taxas de depreciação utilizadas. Essa revisão foi motivada pelo prolongamento da vida útil econômica dos ativos.

Para embasar essa análise, foi contratada uma empresa especializada, que emitiu um laudo de avaliação. O laudo considerou diversos fatores relevantes, como: planejamento operacional da Companhia para os próximos anos; histórico de *performance* dos ativos; plano de manutenção e utilização dos bens; tecnologias disponíveis no mercado; recomendações e manuais dos fabricantes; taxas de depreciação de ativos similares em outras empresas.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto, todos os gastos com materiais, mão de obra direta e gastos com instalação, até o momento em que os bens entram em operação, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Companhia.

2.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, quando identificado algum risco significativo que impacte a avaliação da administração sobre a perda esperada dos valores a receber a vencer, de acordo com análise individualizada por título ou cliente, é contabilizada provisão para perda.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Companhia avalia a perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes, com base em análise individual dos títulos emitidos, recebidos, atrasos no recebimento, perdas efetivas por não recebimento, e estabelece os percentuais de risco de recebimento de acordo com o *aging list*.

O cálculo de provisão adotado é resultado do estudo do comportamento de recebimento dos títulos no período histórico analisado de três anos, que reflete a experiência da perda de crédito histórica de seus clientes, capturando a eficiência da política de cobrança adotada pela Companhia no ano de 2023.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.9 Patrimônio líquido

2.9.1 Capital social

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A distribuição de dividendos para as acionistas da Companhia é reconhecida nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelas acionistas em Assembleia Geral.

2.9.2 *Reserva de incentivo fiscal*

O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

2.9.3 *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

2.9.4 *Retenção de lucros*

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reserva devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

2.10 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto para cliente. Os clientes obtêm controle do produto no momento em que os medidores reconhecem o uso. A receita compreende a captação e o tratamento da água bruta e a distribuição das utilidades: água clarificada, desmineralizada, potável e industrial, conforme especificação estabelecida. As utilidades são distribuídas pela Companhia via tubovia para as empresas interligadas ao seu sistema. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando mensura o consumo (m^3) dos clientes por meio de instrumentos medidores de volume e relaciona aos preços unitários (R/m^3$) de cada cliente. O valor pode ser apurado com segurança, devido ao acompanhamento das leituras programadas pela Companhia na presença do cliente e a verificação, calibração e validação dos instrumentos medidores de volume de forma periódica.

2.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia possui o benefício de redução de imposto de renda e adicionais não restituíveis em 75% da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) 2023 a 2032. Ante o exposto, a Companhia constituiu o benefício no montante de R\$12.333 no exercício de 2023.

O benefício é reconhecido quando comprovada razoável segurança de que a Companhia cumpre todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção, no período que a subvenção será realizada conforme normas vigentes.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido pelas diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

No que tange ao diferido passivo, a Administração da Companhia reconheceu os encargos tributários incidentes sobre a reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2008, em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido, e desde essa data vem realizando a reserva, conforme realização dos ativos reavaliados. A Companhia registrou ainda imposto de renda e contribuição social diferidos sobre saldo de diferenças temporárias e ajustes decorrentes da aplicação da Lei nº 11.638.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fundos restritos, partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que busca minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade do seu patrimônio.

a. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no seu contas a receber, a Companhia adota práticas de avaliação de crédito previstas em seu procedimento de crédito e cobrança.

A Companhia tem como seu principal cliente a Braskem, cujo contrato tem prazo de 35 anos, contados a partir de março de 2013. O conta a receber é representado por 59,07% (71,28%, 2022) da Braskem e 34,15% (19,83%, 2022) por quatro outros clientes.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, somente em bancos considerados de primeira linha e instituições financeiras, contas a receber e fundos restritos na data do balanço (Notas Explicativas nºs 4, 5, 6 e 8).

b. Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A seguir, divulgação do quadro que são os fluxos de caixa não descontados contratados:

31 de dezembro de 2023

Passivos financeiros	Valor contábil	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Fornecedores	5.558	5.558	-
Financiamentos	546	546	-
Debêntures	63.698	69.281	-
	<u>69.802</u>	<u>75.385</u>	<u>-</u>

31 de dezembro de 2022

Passivos financeiros	Valor contábil	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Fornecedores	7.102	7.102	-
Financiamentos	2.280	2.357	-
Debêntures	109.877	106.560	17.855
	119.259	116.019	17.855

c. *Análise de sensibilidade – taxa de juros*

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou um cenário para as taxas de juros às quais a Companhia está exposta. A Administração considerou cenários positivos e negativos com variação de 15%.

Indicadores	Exposição	Cenário provável	Cenário (15%)
Ativo	42.599	-	-
Aplicações financeiras			
CDI (i)	42.599	9,00%	10,35% / 7,65%
% Impacto valorização	-	3.834	4.806
Impacto desvalorização	-	-	3.552
	Exposição	Cenário atual	Cenário (15%)
Passivo	35.073	-	-
Empréstimos e financiamentos			
IPCA (i)	546	3,90%	4,49% / 3,32%
Impacto valorização	-	21	25
Impacto desvalorização	-	-	19
Debêntures			
IPCA (ii)	34.527	3,90%	4,49% / 3,32%
Impacto valorização	-	1.347	1.609
Impacto desvalorização	-	-	1.189

(i) Projeção para o exercício de 2023. Fonte: Boletim Focus

(ii) A incidência do IPCA é sobre o saldo do principal das debêntures, sendo os saldos de principal e juros de R\$ 34.527 e R\$ 29.282, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023.

3.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, todos classificados no nível 2.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		2023	2022
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	41.595	26.881
Aplicações financeiras	valor justo por meio do resultado	1.126	-
Fundos restritos	valor justo por meio do resultado	13.723	13.881
Contas a receber	Custo amortizado	<u>18.429</u>	<u>15.898</u>
		<u>74.873</u>	<u>56.660</u>
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	(5.558)	(7.102)
Financiamentos	Custo amortizado	(546)	(2.275)
Debêntures	Custo amortizado	<u>(63.698)</u>	<u>(109.653)</u>
		<u>(69.802)</u>	<u>(119.030)</u>

4 Caixa e equivalentes de caixa

		2023	2022
Bancos conta movimento		122	946
Aplicações financeiras (a)		<u>41.473</u>	<u>25.935</u>
		<u>41.595</u>	<u>26.881</u>

- (a) O saldo de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, está representado substancialmente por aplicações financeiras de renda fixa de liquidez imediata, Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) e operações compromissadas com bancos de primeira linha detentores de *rating* mínimo A+ ou A1, de acordo com a classificação de agência especializada. A remuneração média do exercício foi de 110% (2022 - 106%) do CDI.

5 Aplicações financeiras

		2023	2022
Renda fixa / CDB		<u>1.126</u>	<u>-</u>
		<u>1.126</u>	<u>-</u>

Essas aplicações possuem vencimento original superior a três meses com remuneração média de 110% do CDI. Trata-se de operação compromissada com banco de primeira linha detentor de *rating* mínimo A+ ou A1, de acordo com a classificação de agência especializada.

6 Contas a receber

		2023	2022
Clientes privados e públicos		395	292
Partes relacionadas (Nota 14)		18.294	15.937
Perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa – PECLD		<u>(260)</u>	<u>(331)</u>
		<u>18.429</u>	<u>15.898</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	17.733	15.965
Até 30 dias	813	50
De 31 a 60 dias	7	1
De 61 a 90 dias	1	1
De 91 a 180 dias	-	77
Acima 181 dias	135	135
	<u><u>18.689</u></u>	<u><u>16.229</u></u>
PECLD	(260)	(331)
	<u><u>18.429</u></u>	<u><u>15.898</u></u>
Movimentação do PECLD	2023	2022
Saldo inicial	(331)	(159)
(-) Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(2.453)	(1.770)
(+) Estorno de provisão por recebimentos	2.524	1.598
Saldo final	<u><u>(260)</u></u>	<u><u>(331)</u></u>

7 Tributos a recuperar

	2023	2022
PIS e Cofins (i)	-	7.892
ICMS	1.467	525
Outros	56	1.454
	<u><u>1.523</u></u>	<u><u>9.871</u></u>
Circulante	262	9.702
Não circulante	1261	169

(i) Crédito retroativo de PIS/Cofins devido a valores recolhidos em excesso nos últimos cinco anos, em razão de decisão judicial, compensado com tributos federais. Esse excesso ocorreu pela inclusão indevida do ICMS na base de cálculo.

8 Fundos restritos – Aplicações financeiras

Os fundos restritos são vinculados ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e financiamentos.

Movimentação do saldo fundos restritos vinculadas ao longo do exercício

Modalidade de financiamento	2021	Entradas	Saídas	2022	Entradas	Saídas	2023
CDB	13.776	1.388	(1.291)	13.776	790	(948)	13.618
Fundo Investimentos	<u>105</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>105</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>105</u>
	<u>13.881</u>	<u>1.388</u>	<u>1.291</u>	<u>13.881</u>	<u>790</u>	<u>(948)</u>	<u>13.723</u>

Como cumprimento às obrigações previstas nas debêntures, é mantido o valor correspondente a 300% da parcela mensal. Para garantia aos financiamentos, é assegurado o valor correspondente a 5% sobre o saldo devedor.

9 Imobilizado

	Equipamento s de informática	Máquinas e equipamentos(i)	Edificações	Móveis e utensílios	Poços	Tubulações	Obras em andamento (ii)	Outros	Total
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	299	115.067	28.606	644	15.803	29.459	16.795	2.175	208.848
Adições	122	1.559	-	197	-	-	11.180	40	13.098
Baixas	-	-	-	-	-	-	(20)	(38)	(58)
Transferências	-	1.125	-	-	-	1.497	(2.721)	99	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	421	117.751	28.606	841	15.803	30.956	25.234	2.276	221.888
Depreciação									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2022	(227)	(72.930)	(11.927)	(298)	(3.989)	(5.720)	-	(894)	(95.985)
Adições	(63)	(7.179)	(1.635)	(68)	(946)	(1.815)	-	(215)	(11.921)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(290)	(80.109)	(13.562)	(366)	(4.935)	(7.535)	-	(1.109)	(107.906)
Valor contábil líquido	131	37.642	15.044	475	10.868	23.421	25.234	1.167	113.982
Vida útil (anos)	5	2 a 20	6 a 50	10	5 a 20	5 a 33	-	2 a 10	-
Custo de aquisição									
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	421	117.751	28.606	841	15.803	30.956	25.234	2.276	221.888
Adições	-	2.027	-	62	382	-	10.273	34	12.778
Baixas	-	(1.141)	-	-	-	-	(111)	(35)	(1.287)
Transferências	-	5.928	5.522	-	544	9.892	(21.886)	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	421	124.565	34.128	903	16.729	40.848	13.510	2.275	233.379

Depreciação	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos(i)	Edificações	Móveis e utensílios	Poços	Tubulações	Obras em andamento (ii)	Outros	Total
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	(290)	(80.109)	(13.562)	(366)	(4.935)	(7.535)	-	(1.109)	(107.906)
Adições	(44)	(5.399)	(1.755)	(80)	(932)	(2.132)	-	(187)	(10.529)
Baixas	-	1.128	-	-	-	-	-	-	1.128
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(334)	(84.380)	(15.317)	(446)	(5.867)	(9.667)	-	(1.296)	(117.307)
Valor contábil líquido	87	40.185	18.811	457	10.862	31.181	13.510	979	116.072
Vida útil (anos)	5	3 a 33	14 a 50	10	4 a 20	7 a 43	-	5 a 48	-

(i) Máquinas e equipamentos são todos os bens móveis utilizados no processo produtivo da Companhia, como motores, rotores, bombas, filtros, vasos de pressão, painéis, transformadores, válvulas, entre outros.

(ii) O saldo de obras em andamento R\$ 13.510 é referente a aquisições de materiais e serviços para a adequação das medições de custódia e as tubulações da linha de incêndio, Parada da UTA e atendimento as recomendações para a confiabilidade das Barragens (RS-I e RS-II), com expectativas de conclusão prevista ao longo do exercício de 2024, com exceção dos projetos plurianuais.

A nova vida útil estimada foi aplicada prospectivamente a partir de 1º de novembro de 2023, baseando-se nos saldos líquidos dos itens do ativo imobilizado da Companhia. Como resultado dessa revisão, os encargos de depreciação reconhecidos no exercício de 2023.

A Companhia efetuou a análise de *impairment* dos seus bens e entende que seus ativos podem operar de acordo com as capacidades planejadas, não havendo indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

10 Fornecedores

	2023	2022
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.	1.140	1.318
Braskem S.A (i)	1.129	1.233
Manserv Montagem e Manutenção S.A.	748	851
Unipar Carbocloro S.A	215	679
FAG Cavalcanti ME	106	359
PQA Produtos Químicos Aracruz S.A.	160	348
BDG Construtora Ltda.	-	229
Techbios Engenharia e Treinamento Ltda.	-	178
ASSENTEC Ind. Com. e Serv. de Revest. Ltda.	258	-
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	235	-
Hita Comercio e Serviços Ltda.	199	-
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda.	337	-
Outros (ii)	<u>1.031</u>	<u>1.907</u>
Total de fornecedor	<u>5.558</u>	<u>7.102</u>

(i) O saldo de R\$ 1.129 refere-se ao fornecimento de produto químico.

(ii) O saldo de Outros refere-se, em sua maioria, a serviço de terceiros.

11 Financiamentos

a. Composição

Instituição financeira	Modalidade e encargos financeiros anuais	Vencimento	2023	2022
Caixa Econômica Federal (i)	3,50% a.a.	dez/23	-	469
Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") (ii)	2,78% a.a. + IPCA	dez/24	546	1.811
(-) Custos de transação			<u>-</u>	<u>(5)</u>
			<u>546</u>	<u>2.275</u>
Total de financiamentos curto prazo			546	1.910
(-) Custos de transação			<u>-</u>	<u>(5)</u>
Circulante			<u>546</u>	<u>1.905</u>
Total de financiamentos longo prazo			-	370
Não circulante			<u>-</u>	<u>370</u>
			<u>546</u>	<u>2.275</u>

(i) Financiamento obtido com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 8.355, destinado à aquisição de equipamentos necessários para modernização dos processos e da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água para fins industriais. O contrato era garantido por carta de fiança e foi liquidado em dezembro de 2023.

(ii) Financiamentos obtidos com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), no valor total de R\$ 2.218, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados à aquisição e instalação de equipamentos para a planta industrial. Esses financiamentos vencem em dezembro de 2024 e são garantidos por carta de fiança e bloqueio de conta-corrente.

b. Movimentação

	2023	2022
Saldo no início do exercício	2.275	3.948
(+) Adição de juros	72	189
(-) Amortização de principal	(1.694)	(1.654)
(-) Amortização de juros	(112)	(213)
(+) Custo de transação	5	5
	<hr/>	<hr/>
Saldo no final do exercício	546	2.275

c. Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2023	2022
2024	-	370
	<hr/>	<hr/>
	-	370
(-) Custo de transação	<hr/>	<hr/>
Saldo no final do exercício	-	370

d. Garantias e outras informações relevantes

Os contratos têm por objeto financiar a aquisição de equipamentos destinados à modernização dos processos e da infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água. Os contratos não apresentam *covenants* financeiros relacionados. Todas as cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente e estão integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2023.

Possuem as seguintes garantias:

- Banco do Nordeste - Fiança bancária e bloqueio de conta reserva.

12 Debêntures

a. Composição

Instituição financeira	Emissão	Vencimento	Custo	2023	2022
BB - Banco de Investimento S.A.	mar/2013	mar/2025	6% + IPCA	63.809	109.877
(-) Custos de transação				(111)	(224)
				63.698	109.653
Total de debêntures curto prazo				51.111	49.006
(-) Custos de transação				(109)	(109)
Circulante				51.002	48.897
Total de debêntures longo prazo				12.698	60.871
(-) Custos de transação				(2)	(115)
Não circulante				12.696	60.756
				63.698	109.653

b. Movimentação

	2023	2022
Saldo no início do exercício	109.653	149.841
(+) Encargos financeiros	9.300	15.408
(-) Amortização de principal	(27.608)	(27.625)
(-) Amortização de juros	(27.761)	(28.087)
(+) Custo de transação	114	116
Saldo no final do exercício	63.698	109.653

c. Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2023	2022
2024	-	46.191
2025	12.698	14.680
	12.698	60.871
(-) Custo de transação	(2)	(115)
Saldo no final do exercício	12.696	60.756

d. Garantias e outras informações relevantes

Como garantia real, a Companhia celebrou também os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Companhia, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, tendo por objeto a cessão fiduciária, em favor dos Debenturistas, de (i) fornecimento de água industrial dos tipos clarificada, desmineralizada e potável pela Companhia à Braskem, nos termos do contrato de Fornecimento de Água Industrial celebrado entre as partes; (ii) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos ou a serem contra o Banco do Brasil S.A., na qualidade de banco depositário dos direitos creditórios, conforme indicado no contrato; e (iii) de quaisquer direitos de crédito ou de qualquer natureza oriundos das aplicações financeiras realizadas com os recursos depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida, nos termos do contrato de Cessão Fiduciária.

e. Cláusulas contratuais restritivas – covenants não financeiros

A Companhia possui em seu contrato de escrituras de emissão de debêntures cláusulas restritivas não financeiras. A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas às debêntures.

13 Tributos a pagar

	2023	2022
IRRF retido de terceiros	5	15
PIS/Cofins/CSLL retido de terceiros	34	80
INSS retido de terceiros	44	77
ISS retido de terceiros	25	83
PIS e COFINS a recolher	1.161	2
ICMS a recolher	1.135	1.170
	<u>2.404</u>	<u>1.427</u>

14 Transações com partes relacionadas

Algumas dessas entidades fizeram negócio com o grupo durante o ano. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal-chave da Administração.

	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Resultado				
	Contas a receber		Fornecedores		Dividendos	Receita de vendas		Compras/Outros Serviços	
	2023	2022	2023	2022	2023	2023	2022	2023	2022
Ambev S.A.	51	-	-	-	-	138	91	-	-
Basf S.A.	1.567					14.252	12.930	-	-
Braskem S.A. (i)	11.040	11.360	1.129	1.233	-	145.740	127.388	(15.140)	(26.909)
Companhia Brasileira de Estireno	1.349	936	-	-	-	9.873	9.149	-	-
Cetrel S.A.	-	-	-	-	12.323	-	-	-	-
Copenor Comp. Petroquímica do Nordeste	64	149	-	-	-	987	960	-	-
Deten Química S.A.	502	289	-	-	-	5.347	4.181	-	-
Elekeiroz S.A.	736	365	-	-	-	7.578	5.551	-	-
IPC do Nordeste Ltda.	13	13	-	-	-	176	148	-	-
Monsanto do Brasil Ltda.	380	287	-	-	-	4.086	3.220	-	-
Oleoquímica Indústria e Com. Prod.	-	-	-	-	-	114	59	-	-
Oxiteno Nordeste S.A. Ind. e Comércio	2.229	2.086	-	-	-	30.245	25.860	-	-
Paranapanema S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.355)
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	122	122	-	-	-	-	4	-	-
Proquigel Química S.A.	78	139	-	-	-	424	11.390	-	-
White Martins Gases Industriais Ltda.	156	187	-	-	-	1.426	1.287	-	-
Outros	<u>7</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>161</u>	<u>109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>18.294</u>	<u>15.937</u>	<u>1.129</u>	<u>1.233</u>	<u>12.323</u>	<u>220.547</u>	<u>202.327</u>	<u>(15.140)</u>	<u>(29.264)</u>

(a) O saldo de R\$ 1.129 refere-se ao fornecimento de produto químico (Nota Explicativa nº 10).

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui conselheiros, diretores e gerentes operacionais da Companhia. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Salários e encargos	464	471
Participação nos lucros	<u>115</u>	<u>159</u>
	579	630

15 Imposto de renda e contribuição social**a. Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva**

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2.023	2.022
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	76.919	66.535
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(26.152)	(22.622)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	<u>13.415</u>	<u>11.175</u>
Incentivos fiscais	12.390	10.600
Outros	<u>1.025</u>	<u>575</u>
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(12.737)</u>	<u>(11.447)</u>
Alíquota efetiva	17%	17%
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes de operações continuadas	(5.885)	(4.723)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de operações continuadas	<u>(6.852)</u>	<u>(6.724)</u>
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(12.737)</u>	<u>(11.447)</u>

b. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Composição no balanço patrimonial (não circulante)		
Ativo fiscal diferido	25.191	32.617
Passivo fiscal diferido	<u>(1.688)</u>	<u>(2.262)</u>
	23.503	30.355

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido existente, conforme estimativa a seguir:

c. Expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	8.794	6.770
Ativo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	<u>16.397</u>	<u>25.847</u>
	<u>25.191</u>	<u>32.617</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:		
2024	8.794	6.770
2025	10.798	7.009
2026	3.416	7.964
2027	-	8.017
Demais anos (i)	<u>2.183</u>	<u>2.857</u>
	<u>25.191</u>	<u>32.617</u>

(i) Trata-se de saldo de adições temporárias de provisão de gastos.

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição, limitado a 30% do lucro tributável, conforme legislação fiscal vigente.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

d. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Reconhecido na demonstração do resultado 2021	Reconhecido na demonstração do resultado 2022	Reconhecido na demonstração do resultado 2023
Ativo fiscal diferido			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	37.490	(6.577)	30.913
Provisões	<u>1.531</u>	<u>173</u>	<u>1.704</u>
	<u>39.021</u>	<u>(6.404)</u>	<u>32.617</u>
Passivo fiscal diferido			
Depreciação (i)	(1.942)	(320)	(2.262)
	<u>37.079</u>	<u>(6.724)</u>	<u>30.355</u>

(i) Diferença de taxa de depreciação adotada pela Companhia com relação à taxa fiscal definida em normas vigentes.

16 Provisões

a. Passivo ambiental

	<u>Passivo circulante</u>
	Ambiental
Saldo em 31 de dezembro de 2021	296
(-) Utilização da provisão	(61)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	235
(-) Utilização da provisão	(187)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48

A Companhia provisionou R\$ 296 de contingências ambiental no exercício de 2021, foi utilizado o valor de R\$ 187 (2022 – R\$ 61) decorrente da realização dos seus gastos relativos e remediações ambientais. Essa provisão se dá em decorrência de gastos considerados pela equipe de Diagnóstico e Remediação da Companhia para Gerenciamento Ambiental da DAC. Tais gastos operacionais estão vinculados aos cumprimentos das recomendações da Resolução CONAMA 420.

b. Contingências - Causas possíveis

A Companhia possui outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2023, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 165.518 (2022 – R\$ 151.917), conforme composição e estimativa a seguir:

	2023	2022
Natureza		
Ambiental	-	143
Tributário (i) (ii)	164.922	151.774
Civil	44	-
Trabalhistas	<u>552</u>	<u>-</u>
	<u>165.518</u>	<u>151.917</u>

(i) IR e CSL – Encargos de amortização de ágio

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, em junho de 2021, pela dedução de encargos de amortização fiscal de ágios originados de aquisições de participações societárias ocorridas em 2012. A Administração, baseada em sua avaliação e dos assessores jurídicos externos da Companhia, estima que são possíveis as chances de perda desses processos, visto que as participações societárias foram adquiridas (i) por valor determinado em condições de livre mercado, (ii) com efetivo pagamento e (iii) propósito negocial decorrente da alocação de ativos de tratamentos de efluentes e resíduos em segmento ambiental. Os processos estão pendentes de julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 160.261.

(ii) Outros: CSLL – Extinção de Crédito Tributário de CSLL R\$ 863; IOF - Incidência de Crédito tributário IOF sobre mútuo entre parte relacionada de R\$ 3.796. Em 31 de dezembro de 2023, os valores atualizados dessas demandas somam R\$ 4.659.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 42.630, representado por 20.396.249 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Cetrel	100,00	100,00	42.630	42.630	20.396.249	20.396.249
			42.630	42.630	20.396.249	20.396.249

b. Reserva de incentivo fiscal

No final do exercício de 2018, o Conselho Deliberativo do Desenvolve concedeu os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve), durante 12 anos, a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Resolução nº 169/2018.

Esse benefício resultou na constituição de Receita de Subvenção Desenvolve (reinvestimento) no montante de R\$ 2.557 (2022 - R\$ 1.606).

Adicionalmente, pautado no Benefício de Redução de Imposto de Renda e adicional oportunizado pela SUDENE, tratado na Nota Explicativa nº 2.12, resultou na constituição de Receita de Subvenção no montante de R\$ 12.333 (2022 - R\$ 10.620).

c. Reserva legal

Em 2021, o saldo desta reserva atingiu 20% do capital social, e a Companhia optou por não constituir a reserva legal.

d. Retenção de lucros

De acordo com a legislação societária, parcelas do lucro líquido do exercício não destinadas à distribuição aos acionistas ou a outras contas reservas devem ser destinadas à conta de retenção de lucros.

e. Distribuição de dividendos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da Lei das Sociedades por Ações, no que tange ao disposto no art. 202, é assim demonstrada:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	64.182	55.088
Realização (constituição) de reservas:		
Incentivos fiscais (Nota 17 (b))	(14.890)	(12.226)
Base de cálculo dos dividendos	49.292	42.862
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	12.323	10.716

Durante o ano de 2023, a Companhia efetuou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 13.797, com base no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, foi calculado e provisionado o dividendo mínimo obrigatório com base no resultado de 2023 no total de R\$ 12.323.

18 Resultado do exercício

a. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas auferidas é como segue:

	2023	2022
Operações		
Receita de vendas	251.283	227.416
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(39.375)	(35.710)
Receita de Subvenção - Desenvolve	2.557	1.606
Abatimentos e cancelamentos	<u>(30.251)</u>	<u>(19.418)</u>
	184.214	173.894

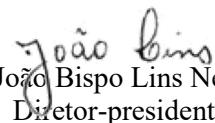
b. Custos e despesas por natureza

	2023	2022
Classificadas por natureza:		
Pessoal		
Remunerações	(11.038)	(9.167)
Encargos sociais e trabalhistas	(7.205)	(6.225)
Outros benefícios	<u>(6.280)</u>	<u>(5.567)</u>
	(24.523)	(20.959)
Materiais	(200)	(250)
Serviços	(5.821)	(4.898)
Manutenções	(14.018)	(12.101)
Insumos		
Água bruta	(15.625)	(15.611)
Energia elétrica	(14.298)	(13.706)
Soda caustica	(5.932)	(6.367)
Outros insumos e utilidades	(10.355)	(13.305)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	71	(172)
Outros gastos	(987)	(1.413)
	<u>(67.165)</u>	<u>(67.823)</u>
Tributos, taxas e contribuições	(2.049)	(1.709)
Seguros	(610)	(328)
Depreciação e amortização	(9.496)	(11.383)
Outras receitas	1.092	140
Outras	(75)	113
	<u>(11.138)</u>	<u>(13.167)</u>
Total	(102.826)	(101.949)
Classificadas por função:		
Custo das mercadorias vendidas	(94.656)	(94.116)
Gerais e administrativas	(9.258)	(7.914)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	71	(172)
Outras receitas (despesas), líquidas (a)	<u>1.017</u>	<u>253</u>
	(102.826)	(101.949)

c. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.732	9.775
Variações monetárias	310	1.386
Multas por atraso de recebimento	43	-
Outras	-	75
(-) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	<u>(269)</u>	<u>(458)</u>
	5.816	10.778
Despesas financeiras		
Comissões bancárias	(302)	(332)
Tarifas bancárias	(13)	(21)
Despesas com juros	(9.846)	(15.696)
Outras	(124)	(139)
	<u>(10.285)</u>	<u>(16.188)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.469)</u>	<u>(5.410)</u>

Administração da Companhia


 João Bispo Lins Neto
 Diretor-presidente


 Márcio Mendonça Aguiar
 Diretor


 Pedro Ribeiro de Abreu
 Diretor


 Andréa Cunha Santana
 Contadora
 CRC BA 038547/O